

Para subscritor, Susep precisa ser mais flexível em seguros de cascos

O Brasil precisa flexibilizar as regras de seguros de cascos sob pena de continuar atrapalhando o desenvolvimento do mercado de seguros para embarcações no país.

A avaliação foi expressa por Henrique Cabral, subscritor de resseguros da Munich Re, durante o III Congresso Latino Americano de Seguro de Transportes e Cascos, realizado em São Paulo em novembro.

Para ele, seria preciso [“tirar o ranço”](#) de clausulados padronizados que ainda são aplicados pela Susep, a Superintendência de Seguros Privados, fruto ainda dos tempos do monopólio do IRB (que terminou em 2008).

A flexibilização que vem sendo aplicada pelo órgão em outros ramos ainda não chegou no setor marítimo, diz o especialista, que não demonstrou muita esperança de que isso venha a acontecer.

Tropicalização

Outra medida importante seria “internacionalizar os clausulados, com as devidas tropicalizações”. A lei brasileira determina que um sinistro ocorrido aqui seja regulado pela legislação local.

“No seguro de cascos, [internacionalmente] há uma prevalência do Lloyds e das regras que eles utilizam”, afirmou. “Mas no Brasil elas não se aplicam.”

De acordo com Cabral, mais importante nesses casos é saber se a cláusula beneficia ou não o segurado. Mas a Susep, afirmou,

faz pressão muito grande sobre os clausulados. “Isso dificulta muito o trabalho do subscritor de implementar mudanças para atender os armadores”, disse.

Um exemplo dos impasses criados é o fato de armadores (estrangeiros) não concordarem com o segurador (brasileiro) e pressionarem os clientes a não aceitarem as regras brasileiras.

Diante dessa situação, muitos segurados querem mudanças, disse o executivo. Segundo ele, entretanto, há travas que precisam ser superadas.

“Vejo com bons olhos os clientes exigirem mais das seguradoras, para evitar novos sinistros por meio do gerenciamento do risco, mas ainda há desafios no mercado brasileiro”, afirmou.